

II - EVOLUÇÃO DA TIPOLOGIA DOS EDIFÍCIOS ESCOLARES

A escola foi inventada há 200 anos, e a sua curta história pode ser contada por um constante acumular de competências e conteúdos.

No início era a instrução, as disciplinas, o programa mínimo, quase minimalista, mas, a pouco e pouco, foi-se juntando a educação, a formação, o desenvolvimento pessoal e moral, a educação para a cidadania, para a saúde e para a sexualidade, para a prevenção do tabagismo e da toxicodependência, para a defesa do ambiente e do património, integrando todos os conteúdos possíveis e imagináveis, e todas as competências, que não eram possíveis de implementar noutras envolventes sociais. Tudo se transportou para dentro da escola.

A escola obrigatória e acessível a todos durante a primeira década da vida, através da pré-escola e do ensino básico, é uma mais valia relativamente recente, já que, há não muito tempo, era comum e aceite que as crianças contribuíssem desde muito cedo para o sustento das famílias. Em muitos países, a organização do sistema de ensino não começou pela organização da escola básica, como hoje a conhecemos, mas pela criação de Universidades, na Idade Média, que ainda hoje são conhecidas como o último nível da escolarização e da aprendizagem especializada.

Foi necessário chegar aos finais do século XVII para ver estruturado o ensino primário sob responsabilidade do estado e com professores pagos pelo governo. Por acção do Marquês do Pombal, Portugal foi pioneiro na Europa na organização do sistema de ensino básico e do ensino técnico, industrial e comercial.

Todavia, o ensino de então estava ainda muito longe dos padrões de hoje: só alguns estratos da população tinham acesso à escola e a maior parte permanecia analfabeta; não havia a noção de que o ensino de crianças devesse ser ministrado em locais para o efeito, adequados à sua idade e, por isso, a “escola” era, geralmente, em casa do professor, em salas de antigos conventos ou em casas, ou partes delas, alugadas. Só no século XIX é que são construídos os primeiros edifícios escolares de raiz e promulgadas as normas técnicas a que deveriam obedecer.

O primeiro tipo de edifício e a primeira linha de mobiliário desenhados propositadamente para a sala de aula surgem com as **Escolas “Conde Ferreira”**. Eram edifícios clássicos, com fachada encimada por um pequeno frontão triangular e porta ladeada por duas janelas. Na fachada lateral localizava-se a porta de acesso dos alunos. Na fachada principal, a sineta, assinalava a hora de entrada e saída e chamava as crianças à escola. Tinha uma ou duas salas, e uma outra, mais pequena, para os trabalhos de costura. Na parte posterior ficava a casa do professor e da sua família. A escola possuía geralmente um campo circundante, que servia de horta do professor e de recreio. As escolas podiam ser mistas ou frequentadas por crianças de um só sexo. Existe ainda em Espinho um edifício desta época, desactivado e remodelado para outra função, a antiga Escola da Rua 23, hoje Junta de Freguesia de Espinho.

Em 1900, na Exposição mundial de Paris, o arquitecto português Adães Bermudes, apresentou um projecto de escola que obteve a medalha de ouro do certame. Esse modelo veio a ser adoptado pelo Estado e ficou conhecido pelo nome do arquitecto. As **Escolas Adães Bermudes** eram escolas com entradas independentes por sexos, geralmente de duas salas com grandes janelas, definidas exteriormente por uma bordadura de pedra e tijolo. As salas dividiam-se por duas alas, separadas por um corpo central mais elevado, que se destinava à residência dos professores, que adquiriam dignidade na imagem projectada por esta arquitectura. A antiga Escola Primária da Feira, Escola Básica Espinho 1, agora desactivada, é o único exemplo desta tipologia existente no concelho.

Durante o periodo da República (1910-1926) a gestão do ensino esteve descentralizada e a cargo dos municípios, cabendo ao Estado a elaboração das normas a que deveriam obedecer as construções escolares, segundo preocupações técnicas e higienistas, muito em voga na época. As normas aprovadas, em 1917, previam, pela primeira vez, outros espaços para além das salas de aula: salas de desenho, salas para conferências, refeitório, balneário e ginásio – uma espécie de embrião do que décadas mais tarde viria a estar na base do conceito de Centros Escolares. Estas normas defendiam, ainda, projectos de cariz regionalizado, procurando que as construções utilizassem os materiais característicos dos locais.

Na primeira fase da Ditadura (1926-1933) serão construídas algumas escolas segundo projectos regionais. As **Escolas dos Projectos Regionais** têm uma organização espacial diferente e em alguns casos até original, revelam preocupações estéticas e funcionais que prevêem, entre outros, nalguns casos, prevêem um vestíbulo e uma sala de professores. A

depuração dos espaços dos edifícios escolares inicia-se com os primeiros projectos da autoria de Raul Lino e Rogério de Azevedo, em meados dos anos 30, após a aprovação de um ante-projecto do plano geral para a construção destas escolas regionalizadas, segundo materiais e processos de construção existentes e as características climáticas, para serem construídas em série.

Por ocasião do duplo centenário da fundação de Portugal (1140) e da restauração da independência e na sequência do ciclone ocorrido em 1941, a Ditadura anunciou o grande plano para a concretização da rede escolar, que daria lugar a projectos tipo designados por **Plano dos Centenários**, que se prolongaria até aos anos 60. Os edifícios deste plano são uma adaptação dos projectos regionais tornando efectiva a separação por sexos. Os edifícios escolares obedeciam a projectos-tipo que se caracterizavam por uma simplificação extrema e progressiva dos espaços interiores e acabamentos exteriores e em contraste com os projectos e normas técnicas produzidos durante a I República. Iniciado em 1944, este Plano ficou muito aquém do número de edifícios inicialmente previstos, e foi sofrendo alterações sucessivas para reduzir custos. As escolas partilhavam concepções de ensino e aprendizagem conservadoras, restringidas a saber ler, escrever e contar, ao ensino de uma história de cariz nacionalista e da religião católica.

A concepção da “Escola-Sala-de-Aula”, depurada de todos os elementos espaciais considerados dispensáveis à aprendizagem, pressupunha a passividade das crianças e não previa espaços para trabalhos manuais nem tão pouco painéis de parede para exposição dos trabalhos. O espaço acanhado da sala de aula (8x6 com 3,5m de pé direito) e os recreios despidos de qualquer equipamento, eram as notas características das escolas portuguesas até à Revolução de 25 de Abril de 1974. No concelho de Espinho existem actualmente em funcionamento 11 edifícios deste tipo, em condições físicas degradadas, que correspondem a 49% do parque escolar.

Em 1963, no âmbito da OCDE, foi iniciado um “projecto de ajuda” aos Países Mediterrâneos, com o objectivo de desenvolver a escolaridade obrigatória. Havia um problema a resolver: harmonizar a concepção das construções escolares com as concepções de Escola e as mais recentes orientações no campo da pedagogia. Foram estabelecidos como princípios gerais os seguintes:

- O edifício da escola primária representa a transição da habitação para a vida pública;
- O edifício da escola deve ter em consideração o tamanho da criança;
- A escola não se restringe à sala de aula e deve, por isso, ser aberta ao exterior;

- O ensino não consta só de memorização, mas é também actividade que os espaços (diversificados) devem permitir;
- Deve ser fomentada a manipulação e criação de objectos (pelo que se introduziu uma zona de trabalho “suja”, com pontos de água, ligada às salas de aula, propriamente ditas);
- A organização de situações como a de trabalho em grupo (prevendo-se a mobilidade do equipamento);
- Nem todas as actividades podem ser realizadas no mesmo espaço (daí a instalação dos chamados “polivalentes”);
- As refeições são actividades educativas (e, por isso, foi suprimida a separação entre edifício-cantina e edifício-escola);
- As instalações sanitárias seguem a mesma lógica, como apoio e momento de educação;
- A escola é um edifício aberto, um equipamento social de e para a comunidade.

Em 1969, e após a integração das estruturas do Ministério da Habitação e Obras Públicas na Direcção-Geral das Construções Escolares foram estudados novos planos de construção, que fossem alternativos ao projecto do “Plano dos Centenários”. No gabinete de estudos da D.G C.E. foram vários os programas elaborados cabendo a cada programa (P) um índice (1,2,3,4 e 5). Ao programa (P) das novas escolas primárias foi atribuído o índice 3 (P3). O projecto das **Escolas Normalizadas P3** ou Escolas de Área Aberta, salvo, talvez, o projecto piloto de Mem Martins e a mediática Escola da Ponte em Vila das Aves, desembocou numa contestação generalizada que teve o seu apogeu em 1987. Os espaços “abertos” foram desaparecendo gradualmente. Os professores não foram preparados atempadamente para um trabalho com as características que as P3 ambicionavam. Uma vez por falta de informação, outras por falta de formação, ou na ausência de ambas, os professores refugiaram-se no seu espaço íntimo, num contexto de trabalho que correspondia à sua concepção de “aula”. São 5 as escolas deste tipo existentes no concelho de Espinho, a maior parte das quais apresenta já transformações ou adulterações do modelo original.

Em suma, o modelo tradicional de escola tem a imagem de um edifício rígido, quer ao nível da organização espacial, quer do próprio equipamento, com espaços delimitados, dedicados, controlados e especializados onde são dadas matérias segundo programas únicos e repetitivos. A transferência de conhecimento assenta na relação hierárquica entre o professor e o aluno, segundo modos de aprendizagem normalizados, que implicam a permanência diária e em horário rígido. A escola “fecha-se” sobre si e raramente ultrapassa a sua própria dimensão física.

Apesar de cada comunidade educativa ser um caso, com o seu projecto próprio, resultado de tantos outros casos, a exigir uma reflexão permanente e caminhos específicos sempre em avaliação e reelaboração, o desenho do edifício escolar tem sido tratado como uma prática de cariz normalizador na tentativa de otimizar e economizar os processos a ele ligados.

Mas hoje, a educação tem múltiplos agentes. Além da escola, a família, as associações de pais, instituições sociais e a comunidade em geral, mas, também, os meios de comunicação social, com maior dominância dos audiovisuais, que estabelecem entre si relações cruciais para a própria unidade educativa.

Aprender é sempre reaprender e a educação é um processo contínuo que, ao contrário do que anteriormente se pensava, se inicia cada vez mais cedo e se prolonga cada vez até mais tarde, o que obriga a escola a moldar-se a essa continuidade e permanência. A mudança é uma constante no processo educativo: mudança na informação, na elaboração de programas, de metodologias, de formas de relacionamento, de fronteiras geográficas, e estratégias, etc.

Assim, e ao contrário do modelo tradicional, os modelos emergentes apontam para a escola como um edifício, ou conjunto de edifícios, resultantes de sistemas de construção mais adaptáveis e ampliáveis, com espaços modulares, não-dedicados, partilhados, onde são dadas matérias segundo programas também eles modulares e flexíveis. A transferência de conhecimento baseia-se no intercâmbio e na partilha de saberes, na relação tecnológica e interactiva, segundo modos de ensino e aprendizagem que se adaptam à permanência temporária e a flexibilidade de horários. A escola “abre-se” cada vez mais à comunidade envolvente através de processos de partilha que envolvem nomeadamente parcerias que não conhecem fronteiras.